

DESAFIOS ESCOLARES: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A CONSTRUÇÃO COLETIVA

Aline Cristina de Souza

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

alinezenaro@gmail.com

Jéssica Veloso Morito

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

jessicavelosomorito@hotmail.com

Suzana Grimaldi Machado

Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)

suzana.machado@ifes.edu.br

Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos/ SP – Brasil

mcarolinab@ufscar.br

A aplicabilidade da gestão escolar democrática é um processo que vem sendo colocado em prática ao longo das últimas décadas; entretanto, desafios constantes permeiam o ambiente de uma instituição educacional, com a necessidade frequente de decisões emergenciais. Muitas vezes, essas decisões são tomadas de forma individual pelo diretor, devido à urgência das questões envolvidas.

O objetivo deste resumo expandido consiste em discutir a Meta 19.6 – Participação no Projeto Político Pedagógico, do Plano Nacional de Educação (PNE), a partir da perspectiva de diretores escolares.

Um estudo exploratório realizado por Souza (2022), analisou os desafios enfrentados pelas escolas na perspectiva de diretores. Foram abordadas duas perguntas abertas: a primeira indagava sobre os desafios vivenciados pelos diretores escolares e as soluções por eles encontradas para resolver essas questões. A segunda questão abordava os desafios escolares relacionados à qualidade do ensino. As perguntas foram direcionadas a 150.000 escolas de todas as cinco regiões brasileiras, resultando em 1.372 respostas, que constituíram a amostra central do estudo. Entre os desafios mencionados pelos diretores escolares, destaca-se a dificuldade na participação coletiva na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Compreender os desafios de participação coletiva e buscar soluções justifica a relevância deste estudo, uma vez que promove a inferência em torno da temática explorada, a fim de auxiliar no cenário educacional.

Gestão Democrática e a corresponsabilidade nos processos decisórios da escola: desafios e possibilidades de diretores escolares

O PPP é uma ferramenta democrática, participativa e que visa apresentar um direcionamento para os mais diferentes âmbitos da escola, uma vez que aborda a missão, valor, metas a serem cumpridas ao longo do processo de escolarização.

No entanto, a situação observada revela que os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) estão sendo elaborados de maneira que negligencia a representação fiel da realidade da comunidade, com um olhar individual e pouco abrangente. Essa realidade não está alinhada com as expectativas para um PPP, que deveria ser concebido como um projeto coletivo. Sua elaboração deve ser encarada como uma atividade coletiva, envolvendo a participação ativa de profissionais da escola, famílias, estudantes e de toda a comunidade escolar. Luiz (2021) indica que a participação da comunidade carece de uma visibilidade positiva frente à ação pedagógica e não pode ser vista como um problema; configura-se como parte inerente da construção de uma práxis educativa que se pretende coletiva e democrática

Utilizando um recorte da tese de Souza (2022), delimita-se que o desafio de construir, revisar e aplicar o PPP na perspectiva dos diretores escolares parte da sobrecarga docente, de pais descomprometidos e alunos desinteressados com a questão. Ao mesmo tempo em que esses desafios são sinalizados, há a indicação de soluções para esses. Algumas das soluções propostas foram: 1) Distribuição de tarefas com antecedência para que os professores tenham tempo hábil de estudar e refletir sobre elas e, no momento das discussões, a análise coletiva e a tomada de decisões consensuais serem realizadas em menor tempo, otimizando o trabalho e a duração das reuniões; 2) Participação das famílias na escola utilizada como um dos critérios para escolha dos “pais nota 10”; 3) Instituição do Grêmio Estudantil, como forma de representação e participação dos estudantes.

Nota-se que as sugestões de soluções foram bastante simples e exigiram, mais do que ações refinadas, movimentos direcionados e estruturados, como a distribuição de

tarefas. Delegar nem sempre é uma tarefa fácil e não é frequentemente realizada pelos diretores escolares, seja devido à constante centralização de demandas, seja pela falta de tempo para analisar e organizar as tarefas, identificando quais podem ser atribuídas a outros e quem seria adequado para realizá-las.

Essas duas situações apresentadas fazem com que, na maior parte das vezes, os diretores acabem realizando as tarefas de forma individual, sem permitir a participação direta dos envolvidos no processo educativo.

Outra solução citada está relacionada à participação da comunidade, incluindo as famílias. É conhecido que muitas famílias não têm plena consciência da responsabilidade que compartilham com a escola, resultando em ausências, distanciamento e falta de corresponsabilização nas decisões a serem tomadas. Nesse contexto, fica evidente a necessidade de um esforço mais intenso e coletivo para aproximar as famílias da escola e envolvê-las nas decisões que impactam o cotidiano escolar. Conhecendo e reconhecendo a realidade, o dia a dia da escola, os desafios, as potencialidades, e se sentindo parte desse contexto, sentindo-se acolhidas e ouvidas, é possível vislumbrar que, pouco a pouco, as famílias façam-se mais presentes e atuantes na escola.

Por fim, tem-se a criação de um grêmio estudantil, a partir da qual foi possível inserir a participação dos estudantes no processo de construção, revisão e observação em torno da aplicabilidade do PPP. A representação estudantil sendo incentivada e apoiada pela equipe gestora da escola pode ser um caminho profícuo para que a participação estudantil, ainda que indireta, via representação do Grêmio, possa ser efetivada.

A partir do exposto, compreende-se que são muitos os elementos que podem contribuir para a participação da comunidade na escola, um deles é o PPP. Trata-se de uma ferramenta que dá vozes para todos os que a compõem. Portanto, o desafio maior não consiste em construir, revisar o PPP e/ou delimitar o que compete a cada pessoa que dele participa, mas sim, propor uma gestão democrática, de modo que todos sejam ouvidos e possam colaborar, para então, direcionar o olhar para o PPP.

Desse modo, nota-se que a gestão democrática está muito além do que estamos vivenciando no dia a dia escolar. A participação efetiva da comunidade e dos demais membros profissionais está longe de se concretizar e agir conforme o proposto legalmente, no entanto, não podemos deixar de considerar os enormes avanços que temos obtido neste cenário.

Entre o ideal e o real: o possível – o PPP construído coletivamente e as nuances escolares

A realidade brasileira não atende às expectativas quando se trata da participação coletiva na elaboração de um projeto político-pedagógico, especialmente considerando as diversas variáveis que impactam a escola diariamente. Portanto, faz-se necessário trabalhar com possibilidades reais.

Não existe uma fórmula mágica ou uma metodologia que promoverá a participação coletiva, porém, existem elementos que corroboram para que o processo seja iniciado e construído e aplicado de forma efetiva.

Nesta perspectiva, Santos (2022) indica que o PPP se configura como uma grande chave para o “desenvolvimento de metas da escola, reforçando o conceito participativo e criando bases para a formulação de ideias e conceitos que possam realçar o processo de tomada de decisões” (p.7).

Estabelecer metas – conjuntamente -, possibilita, então, delimitar ações que comporão o PPP que, segundo Silva e Silva (2020), consiste em uma ferramenta inovadora e passível de transformar a realidade escolar.

Arelado a isto, despende-se mecanismos que auxiliarão na busca pela participação coletiva (profissionais da educação, familiares e estudantes) como, por exemplo, promover a escuta ativa. De acordo com Moura e Gianella (2016), a ação de escutar ativamente abrange o entendimento do que precede a opinião de alguém, com vistas para o estabelecimento de diálogo, perspectivas diferentes e sentimentos que englobam o discurso. Portanto, dar voz a todos os sujeitos da comunidade escolar possibilita validar e realçar o senso de pertencimento.

Referências

- LUIZ, M. C. (Org) **Mentoria de diretores escolares: formação e contextos educacionais no Brasil**. Documento eletrônico. São Carlos: SEaD-UFSCar, 2021.
- MOURA, M. S. S.; GIANELLA, V. A arte de escutar: nuances de um campo de práticas e de conhecimento. **Revista Terceiro Incluído**, v.6, p.9-24, 2016.
- SANTOS, H.A. Projeto político pedagógico: uma análise da participação da comunidade escolar na sua construção. **Research, Society and Development**, v.11, n.8, e53411831468, 2022.

SILVA, M. C. L. C.; SILVA, M. L. C. Gestão democrática e o projeto político pedagógico: participação e construção coletiva na escola. **Cadernos de Pedagogia**, v.14, n.27, p.97-109, 2020.

SOUZA, A. C. **Desafios escolares na compreensão dos diretores brasileiros: evidências da relação com o saber**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.